

A defesa marítima e fluvial de Lisboa e da barra do Tejo foi uma questão que ocupou os monarcas portugueses, sobretudo desde o séc. XV, sendo deste período o início da construção da torre de Cascais por ordem de D. João II. Em causa estava a tentativa de resolver as deficientes condições que se apresentavam, que tinham na Torre Velha de Almada, na margem Sul, e em alguns navios artilhados como fortalezas flutuantes as melhores alternativas para a defesa da capital.

A partir do séc. XVI, a Carreira da Índia atraiu os piratas que chegaram a perseguir as naus até à barra do Tejo, às portas de Lisboa. A construção da Torre de Belém no séc. XVI procurou ser uma resposta a esta necessidade de controlar e defender a entrada marítima de Lisboa. Desde então construíram-se algumas estruturas de defesa e vigilância da costa nas imediações da capital mas que apenas minoram um pouco a gravidade da situação. É o caso da Fortaleza de São Julião cuja construção foi iniciada em meados do séc. XVI por ordem de D. João III. Também no séc. XVI mas já por ordem de Felipe I foi iniciada a construção da fortaleza de São Lourenço da Cabeça Seca vulgarmente chamada de Torre do Bugio.

Lisboa continuava sem um plano estratégico para a sua defesa, já que os esforços durante o final do século XVI e o início do século XVII estavam concentrados na fortificação das posições além-mar. Desde o séc. XV as fortalezas Portuguesas multiplicam-se ao longo da costa Africana, no Indico e até no Brasil.

A Restauração de 1640 e a conseqüente guerra com a Espanha alteram este panorama estratégico e político. Tornou-se urgente guarnecer as fronteiras do reino com fortificações capazes de resistir e defender a integridade do território quer por terra quer por mar. A construção de fortificações na zona da fronteira portuguesa foi uma constante utilizando a solução abaluartada como forma privilegiada de fortificar. A ameaça de um ataque da armada espanhola a Lisboa chamou a atenção para a necessidade de conceber um plano estratégico de defesa da barra do Tejo. Esta tarefa foi incumbida por D. João IV em 1642 ao Governador da Praça de Cascais, o Conde de Cantanhede, António Luis de Meneses.

Começa então a construção da Linha Fortificada de Defesa da Barra do Tejo, dividida em três jurisdições militares com cabeça em três Praças de Guerra; a mais ocidental, a Fortaleza de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Luz em Cascais, seguindo-se

mais a oriente a Praça de Guerra de São Julião da Barra em Oeiras sob cuja jurisdição se vai incluir o Forte de São Bruno. Desde Algés até à zona oriental de Lisboa segue-se a jurisdição de Lisboa ou da Corte sedeadada na Torre de São Vicente de Belém. Estas três Praças de Guerra eram apoiadas por vários fortes mais pequenos que foram erguidos ao longo da costa desde o Cabo da Roca até Belém.

Construído em 1647, o Forte de São Bruno estava concluído, artilhado e operacional em 1649 como atesta uma carta dirigida por D. António Luís de Meneses ao rei e datada de 1 de Novembro desse ano e que dá conta do andamento dos trabalhos da Linha de defesa da Barra do Tejo. Sabemos que numa primeira fase o Forte de São Bruno não apresentava ainda as obras exteriores estando limitado apenas ao conjunto formado pela Casa Forte com as suas casamatas abobadadas, a bateria marítima e as duas baterias superiores terrestres. Numa segunda fase, em data desconhecida, procedeu-se a construção do perímetro exterior que inclui dois semi baluartes virados a terra e as duas baterias laterais rasantes. Esta forma definitiva, que lhe confere o seu desenho estrelado, estava concluída já no séc. XVIII conforme se pode ver na representação feita por João Tomás Correia no seu *Livro de Várias Plantas Deste Reino* de 1736. No entanto uma inspecção militar feita no ano anterior informa que o Forte se encontrava desactivado e com toda a sua artilharia desactivada. Refere ainda esse mesmo relatório que pelo menos uma das baterias laterais rasantes se encontrava invadida por areia e necessitada de obras de beneficiação, o que faz questionar sobre uma possível conclusão da obra ainda no final do século XVII.

Após a mencionada inspecção, o Forte recebeu as primeiras obras de restauro e beneficiação e em 1751 estava já reparado de novo conforme indicado na relação feita em Maio desse ano por Eugénio dos Santos Carvalho que dava conta do estado das fortificações costeiras da repartição de Cascais.

O terramoto de 1755 parece não ter causado danos de maior neste forte. Nos períodos subsequentes o forte esteve artilhado e operacional, sobretudo em períodos de Guerra, alternando com momentos de abandono e inoperacionalidade. Foi ainda em algumas ocasiões habitado por famílias que nele residiram em épocas diversas.

Já no séc. XIX, durante o reinado de D. Miguel, o Forte apresenta-se necessitado de reparações conforme atestam as inspecções feitas pelos funcionários da Casa Real em 1831. D. Miguel, que nos anos de 1831 e 1832 passou alguns períodos de verão na Real Quinta de Caxias, fronteira ao Forte, terá tido a ideia de exercitar o tiro ao alvo com a artilharia do forte, procurando atingir barcaças que para o efeito eram colocadas no meio do Tejo. Terá sido esta a única ocasião em que desde o Forte se disparou a artilharia pois apesar dos seus mais de trezentos anos não houve registo de nenhuma outra ocasião em que desde São Bruno se fizesse fogo. Embora preparado para cruzar fogo com os seus vizinhos os fortes de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Porto Salvo e de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Vale tal nunca terá sucedido, nem mesmo quando a Armada Francesa comandada pelo Almirante Roussin, em Julho de 1831 irrompeu de surpresa pela barra do Tejo até se deter frente à Praça do Comércio.

Em 1834, após a vitória liberal e o fim da Guerra Civil, o Forte de São Bruno é desartilhado. Em 1868 é estudada a possibilidade de ser instalada na sua bateria Marítima uma peça de artilharia moderna, uma Armstrong de calibre 9., que não chegou a acontecer. Em 1888 o Forte é arrendado a um bacharel e sua família que ali residiu até cerca de 1902 e só o abandonou na sequência de um processo judicial. Em 1895 a então Administração geral das Alfândegas solicitou a cedência do Forte para a instalação de um posto fiscal. Para esse efeito foi concebido o projecto de edificação de um novo edifício no espaço da antiga bateria marítima. Em Março de 1903 a Guarda-fiscal instalou-se nas suas novas instalações do Forte de São Bruno. O Posto Fiscal funcionou no forte até 1946 apesar de em 1939 ter sido entregue pelas autoridades militares ao Ministério das Finanças, deixando então de ser considerado uma fortificação militar costeira após cerca de 3 séculos de vida militar.

Desde esta altura que pelo forte passaram várias instituições e diversas foram as suas utilizações. Assim, serviu de estaleiro da J.A.E. em 1940 para a construção da estrada marginal. Nessa mesma década do século XX ali se instalou a Mocidade Portuguesa. Após o 25 de Abril, em 1976 foi instalada uma colónia de férias, em 1977 é entregue à Associação Portuguesa de Pousadas da Juventude. Declarado Imóvel de Interesse Público em 1978, o Forte foi ainda confiado em 1984 ao Corpo de

Voluntários Salvadores Náuticos. Em 1999 o Forte regressa à posse do Ministério das Finanças que fez a cedência do mesmo à Câmara Municipal de Oeiras por um período de 25 anos. No ano seguinte a Câmara deu início às obras de restauro reabilitação e valorização do Forte de São Bruno e da sua envolvente. Em 2001, em cumprimento de um protocolo celebrado anteriormente a Câmara de Oeiras cede o Forte à Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos para que ali fosse instalada a sua sede de Honra. Desde então o Forte de São Bruno é utilizado pelos Amigos dos Castelos para a realização de eventos culturais, projectos didáctico pedagógicos, ateliers de tempos livres, entre outras actividades que procuram divulgar e dinamizar este velho Forte. Em consequência, desde então, várias dezenas de escolas e alguns milhares de alunos passaram já pelo forte travando deste modo contacto com este património exemplo da Arquitectura Militar da Restauração.